



Evento:XXX Jornada de Pesquisa

**O PAPEL DAS EVIDÊNCIAS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS:
UMA REVISÃO DE LITERATURA¹****Me. Jussiano Regis Pacheco², Dr. Daniel da Silveira Claudy³**

¹ Resultados preliminares do projeto de pesquisa O Papel da Política Pública Baseada em Evidências nas Políticas Públicas Municipais, integrante ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional PPGDR/UNIJUI.

² Doutorando em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNIJUI), Mestre em Modelagem Matemática (PPGMMC/UNIJUI), MBA em Finanças e Mercado de Capitais (UNIJUI), Graduado em Ciências Econômicas (UNIJUI). Bolsista Prosuc/Capes. E-mail: jussiano.pacheco@sou.unijui.edu.br.

³ Doutor em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UNISC); Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (PPGDR/UNIJUI). E-mail: daniel.silveira@unijui.edu.br

INTRODUÇÃO

Políticas públicas são o Estado em ação. Isto é, são intervenções do estado, através da formulação de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados. Seu objetivo é promover melhorias em áreas como saúde, educação, assistência social, habitação, meio ambiente e igualdade, visando o bem-estar coletivo (Silva, 2022). Contudo, apesar do consenso de que políticas públicas seriam feitas para trazer resultados positivos para a sociedade, muitas vezes há discordância quanto a melhor forma de agir e quais políticas formular. Como então formular políticas públicas? Como decidir o que é melhor a ser feito? Para responder a essas questões, a gestão pública precisa estar munida de informações confiáveis, que forneçam suporte e subsídios para escolher, dentre as alternativas possíveis, o caminho a ser seguido na condução de uma política pública.

Nas últimas décadas, o movimento das políticas públicas baseadas em evidências (PPBEs) tem ganhado força, defendendo a produção sistemática de evidências como instrumento orientador da ação estatal (Koga et al., 2022c, p. 33). Esse fortalecimento decorre de fatores como o avanço da tecnologia da informação, o crescimento da comunidade científica e a demanda por maior responsabilização governamental (Davies et al., 2000, p. 2). Vistas como abordagem, movimento ou paradigma, colocam as melhores evidências disponíveis no centro do processo decisório (Davies, 2004, p. 3), constituem um modo de conceber e praticar políticas públicas, baseado no princípio de que as evidências devem guiar as decisões das autoridades políticas.

Este estudo tem como objetivo investigar os fatores que influenciam o uso de evidências no processo de análise de políticas públicas. Para isso, o estudo realiza uma análise da literatura



existente, discutindo práticas de produção, interpretação e aplicação de evidências que podem contribuir para decisões mais qualificadas e para o fortalecimento da gestão pública.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, com enfoque exploratório, visando compreender os fatores que interferem no uso de evidências no processo de análise de políticas públicas. Para isso, será realizada uma revisão sistemática da literatura acadêmica nacional e internacional, contemplando estudos científicos que abordam a relação entre evidências e formulação de políticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A relação entre produção de evidências científicas e formulação de políticas públicas não se configura como um processo linear ou imediato, mas como uma dinâmica complexa permeada por condicionantes institucionais, políticos e cognitivos. Conforme apontado por Silva (2022) a formulação de políticas não se configura como um processo de maximização perfeito baseado em informações completas, ao invés disso, a interação entre evidência e políticas públicas é condicionada pela capacidade dos atores de processar informações, pelo custo e relevância dos dados disponíveis, pelo horizonte temporal dos formuladores e pelos valores políticos envolvidos, o que dificulta a comunicação entre especialistas e decisores.

A compreensão do uso de evidências no âmbito da gestão pública perpassa a análise do trabalho com políticas públicas realizado pelos agentes burocráticos. Para Veselý, Wellstead e Evans (2014) o trabalho político abrange o conjunto de atividades, atitudes e concepções de mundo que moldam a dinâmica de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Estudos empíricos evidenciam a diversidade de perfis e funções desempenhadas pelos burocratas na formulação e gestão de políticas públicas. Howlett e Wellstead (2011), ao analisarem a atuação de analistas canadenses, identificaram maior concentração de profissionais nas funções de formulação (28,04%), consultoria (21,56%), avaliação (18,92%) e implementação (18,67%), com menor presença na gestão de dados (6,25%), destacando que o trabalho político é multifacetado e não pode ser tratado de forma homogênea, dada a variedade de técnicas e interações envolvidas. No contexto brasileiro, Koga et al. (2020a) identificaram, com base em uma tipologia de quatorze tipos de trabalho, quatro perfis predominantes na burocracia federal: analítico/controle, relacional, gerenciamento/fiscalização e administrativo.



Essas pesquisas reforçam a complexidade da atuação dos servidores públicos e a multiplicidade de papéis que compõem o processo de produção e de análise das políticas públicas.

A literatura também ressalta as capacidades de políticas públicas (policy capacities), que incluem habilidades e recursos para a performance de funções governamentais. A capacidade analítica de um governo, segundo Howlett (2009), envolve a habilidade de conduzir pesquisas sistemáticas e utilizar métodos estatísticos e técnicas de modelagem para interpretar dados e prever impactos. Estudos no Brasil, como os de Koga et al. (2022d) e Palotti et al. (2023), evidenciam a importância das capacidades analíticas tanto individuais (escolaridade, habilidades com dados) quanto organizacionais (unidades especializadas, infraestrutura, fluxos procedimentais) para o uso de evidências. A pesquisa de Palotti et al. (2023) demonstra que a articulação entre essas duas dimensões potencializa a utilização de evidências científicas. Adicionalmente, Couto (2024) aponta a autonomia técnica da burocracia como um fator relevante que, em sinergia com as capacidades analíticas, influencia positivamente o uso de evidências, especialmente em contextos de urgência.

A análise de Davies (2004) amplia a discussão, mostrando que a formulação de políticas não se apoia apenas em evidências empíricas, mas também em fatores como a experiência dos tomadores de decisão, a disponibilidade de recursos, valores e convicções políticas, e tradições institucionais. A consideração dessas dimensões complexas e interdependentes revela que as evidências empíricas, por mais qualificadas que sejam, frequentemente competem com outros critérios na condução das políticas públicas. A ausência de uma compreensão aprofundada dessas dinâmicas complexas pode levar à subutilização, ou à aplicação superficial, dos princípios que fundamentam políticas e práticas orientadas por evidências, comprometendo seu potencial de contribuição.

Diante desse panorama, verifica-se que o uso de evidências na formulação de políticas públicas exige mais do que a disponibilidade de dados científicos. A incorporação de evidências depende da articulação entre capacidades analíticas individuais e organizacionais, da atuação qualificada e multifacetada dos burocratas, e da superação de barreiras institucionais e políticas que permeiam o processo decisório. Reconhecer a complexidade desse cenário é fundamental para evitar abordagens reducionistas e promover estratégias que fortaleçam a cultura de decisão informada no setor público. Assim, o avanço das políticas públicas baseadas em evidências



requer instrumentos técnicos, mas também condições estruturais, autonomia profissional e sensibilidade política para lidar com os múltiplos fatores que influenciam a ação estatal.

Tabela 1: Quadro Comparativo dos Estudos e Principais Resultados

Autor(es)	Tema do Estudo
Howlett & Wellstead (2011)	Perfis e funções de analistas de políticas governamentais no Canadá.
Koga et al. (2020a)	Perfis de funções de servidores da administração federal brasileira.
Wellstead, Stedman & Howlett (2011)	Capacidade analítica em diferentes níveis de governo no Canadá.
Koga et al. (2022d)	Uso de evidências por burocratas federais brasileiros e o contexto de atuação.
Palotti et al. (2023)	Interação entre capacidades individuais e organizacionais no uso de evidências.
Couto (2024)	Capacidades analíticas e autonomia técnica na execução de políticas.
Davies (2004)	Fatores que influenciam a formulação de políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões apresentadas neste trabalho, construídas a partir de uma revisão de literatura, evidenciam que o uso de evidências científicas na formulação de políticas públicas é um processo complexo, marcado por múltiplas dimensões institucionais, políticas e cognitivas. As evidências científicas têm ganhado relevância crescente no campo das políticas públicas, mas sua integração efetiva ao processo decisório ainda enfrenta múltiplos desafios. A formulação de políticas não ocorre de forma linear ou exclusivamente racional, sendo influenciada por fatores institucionais, políticos e cognitivos que moldam a capacidade dos atores públicos de interpretar e utilizar informações. Ao reunir contribuições teóricas e empíricas de diferentes autores, foi possível compreender que a atuação dos burocratas, suas capacidades analíticas e a autonomia técnica são elementos centrais para a efetiva incorporação de evidências no ciclo das políticas públicas. A atuação dos burocratas, com seus diversos perfis e funções, revela a complexidade do trabalho político e a necessidade de competências específicas para lidar com evidências. Nesse contexto, as capacidades analíticas, tanto individuais quanto organizacionais, emergem como elementos centrais para potencializar o uso de evidências, especialmente quando articuladas à autonomia técnica dos servidores. No entanto, o uso de evidências não se dá de forma isolada, mas em meio a valores, experiências, recursos e tradições institucionais que também influenciam as decisões. Assim, o estudo reforça



que o fortalecimento de políticas públicas orientadas por evidências exige não apenas aprimoramento técnico e estrutural, mas também uma compreensão aprofundada das dinâmicas que permeiam a gestão pública e o trabalho político dos agentes envolvidos.

Palavras-chave: Evidências científicas. Políticas Públicas. Políticas Públicas Baseadas em Evidência

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTO, Bruno Gontyjo do. Capacidades analíticas e autonomia da burocracia como condicionantes do uso de evidências na implementação do auxílio emergencial. **Boletim de Análise Político-Institucional: governança e cultura do uso de evidências no Brasil: experiências, desafios e temas emergentes** nº 37, 2024.

DAVIES, Philip. **Is evidence-based government possible?** Jerry Lee Lecture 2004 to be presented at the 4th Annual Campbell Collaboration Colloquium, Washington D.C. 2004.

HOWLETT, M.; WELLSTEAD, A. M. Policy analysts in the bureaucracy revisited: the nature of professional policy work in contemporary government. **Politics & Policy**, v. 39, n. 4, p. 613-633, 2011. Disponível em: <<https://www.sfu.ca/~howlett/documents/j.1747-1346.2011.00306.x.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2025.

KOGA, N. M. et al. **O que informa as políticas públicas:** survey sobre o uso e o não uso de evidências pela burocracia federal brasileira. Brasília: Ipea, 2020a.

KOGA, N. M. et al. Apresentação. In: KOGA, N. M. (org.) et al. **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil:** conceitos, métodos, contextos e práticas. 1 ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), v. 1. p. 33-55, 2022c.

KOGA, N. M. et al. Como os burocratas federais se informam? Uma radiografia das fontes de evidências utilizadas no trabalho das políticas públicas. In: KOGA, N. M. (org.) et al. **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil:** conceitos, métodos, contextos e práticas. 1 ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), v. 1, p. 313-342, 2022d.

PALOTTI, P. L. de M. et al. A ciência entre pessoas e organizações: como capacidades analíticas individuais e organizacionais interagem para mobilização de evidências científicas? **Caderno CRH**, v. 36, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/PkpFdr5rPZQgGyfqttrVvLQ/#>. Acesso em: 08 dez. 2024.

SILVA, Mariana Batista da. Políticas públicas baseadas em evidências: mapeamento e direções. 2022.

VESELÝ, A.; OCHRANA, F.; NEKOLA, M. **When evidence is not taken for granted:** the use and perception of “evidence” in the Czech Republic ministries. **NISPAcee Journal of Public Administration and Policy**, v. 11, n. 2, p. 219-234, 2018.

WELLSTEAD, A. M.; STEDMAN, R. C.; HOWLETT, M. Policy analytical capacity in changing governance contexts: a Structural Equation Model (SEM) study of contemporary Canadian policy work. **Public Policy and Administration**, v. 26, n. 3, p. 353-373, 2011. Disponível em: <<https://www.sfu.ca/~howlett/documents/PPA381933.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2025.